

Odete Rodrigues do Souto, Elisabete Maria Loureiro da Silva, Maria Idalina Rodrigues Maciel Carvalho, Arminda Manuela Machado Dias da Silva, Lídia Maria Macedo Esteves, Cândida Cristina Alves Pereira, Rosa Maria Alves da Silva, Sílvia Maria da Silva Ribeiro e Elisabete Maria Gonçalves de Faria.

5 de Setembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Ferrando Reis*.
1000306011

CÂMARA MUNICIPAL DE BOTICAS

Aviso DAG/PES/n.º 11/06

Concurso externo de ingresso para provimento de um lugar de técnico superior de 2.ª classe, área de organização e gestão e de um lugar de técnico de 2.ª classe.

Para os devidos efeitos se torna público que, através do meu despacho de 1 de Setembro do corrente ano e ao abrigo da competência que me é conferida pela alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e nos termos do n.º 5 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, foram nomeados, após frequência de estágio, para o lugar de técnico superior de 2.ª classe, área de organização e gestão, do grupo de pessoal técnico superior, o candidato Paulo João Pereira Jorge e para o lugar de técnico de 2.ª classe, do grupo de pessoal técnico, o candidato João Luís de Carvalho Adegas, com efeitos a 1 de Setembro de 2006, na sequência do concurso em epígrafe, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 305, de 31 de Dezembro de 2004.

Os candidatos que ficaram aprovados deverão tomar posse do lugar respectivo no prazo de 20 dias a contar da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

14 de Setembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Fernando Campos*.
1000306014

Aviso DAG/PES/n.º 12/06

Concurso externo de ingresso para provimento de quatro lugares de agente municipal de 2.ª classe

Para os devidos efeitos se torna público que, através do meu despacho de 1 de Setembro do corrente ano, e ao abrigo da competência que me é conferida pela alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e nos termos do n.º 5 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, foram nomeados, após frequência de estágio, para os lugares de agente municipal de 2.ª classe, da carreira de polícia municipal, do grupo de pessoal técnico-profissional, os candidatos Nuno Alexandre Ferreira Alves e Sandra Cristina Pires Monteiro, com efeitos a 1 de Setembro de 2006, na sequência do concurso em epígrafe, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 102, de 3 de Maio de 2002.

Os candidatos que ficaram aprovados deverão tomar posse do lugar respectivo no prazo de 20 dias a contar da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

14 de Setembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Fernando Campos*.
1000306015

CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

Aviso n.º 71/DADT

A Câmara Municipal de Braga torna público, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 27.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, que se encontra aberto um período de discussão pública, pelo prazo de 15 dias, tendo por objecto a alteração ao alvará de loteamento, que consiste em alterar o lote 44, sito no lugar da Granja, freguesia de Nogueira, Braga, em que é requerente Franklim Maria Vicente João.

Durante o referido prazo, contado a partir da publicação do presente aviso no *Diário da República*, poderão os interessados apresentar por escrito as suas reclamações, observações ou sugestões e

pedidos de esclarecimentos relativamente à pretendida operação urbanística, as quais serão posteriormente objecto de resposta fundamentada perante aqueles que invoquem, designadamente:

- a) A desconformidade com instrumentos de gestão territorialmente eficazes;
- b) A incompatibilidade com planos, programas e projectos que devessem ser ponderados em fase de elaboração;
- c) A desconformidade com disposições legais e regulamentares aplicáveis e;
- d) A eventual lesão de direitos subjectivos.

Mais se torna público que o processo respeitante à operação de loteamento, acompanhado da informação técnica elaborada pelos respectivos departamentos técnicos municipais, bem como de eventuais pareceres, autorizações ou aprovações emitidas por entidades externas ao município, encontra-se disponível, para consulta, na Divisão Administrativa de Apoio aos Departamentos Técnicos de Obras, sita no Edifício do Pópulo, Braga.

21 de Setembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Francisco Soares Mesquita Machado*.
1000306050

Aviso n.º 72/DADT

A Câmara Municipal de Braga torna público, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 27.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, que se encontra aberto um período de discussão pública, pelo prazo de 15 dias, tendo por objecto a alteração ao alvará de loteamento, que consiste em alterar o lote 18, sito no lugar do Covo, freguesia de Mire de Tibães, Braga, em que é requerente Constantino Conceição Pinheiro Cardoso.

Durante o referido prazo, contado a partir da publicação do presente aviso no *Diário da República*, poderão os interessados apresentar por escrito as suas reclamações, observações ou sugestões e pedidos de esclarecimentos relativamente à pretendida operação urbanística, as quais serão posteriormente objecto de resposta fundamentada perante aqueles que invoquem, designadamente:

- a) A desconformidade com instrumentos de gestão territorialmente eficazes;
- b) A incompatibilidade com planos, programas e projectos que devessem ser ponderados em fase de elaboração;
- c) A desconformidade com disposições legais e regulamentares aplicáveis; e
- d) A eventual lesão de direitos subjectivos.

Mais se torna público que o processo respeitante à operação de loteamento, acompanhado da informação técnica elaborada pelos respectivos departamentos técnicos municipais, bem como de eventuais pareceres, autorizações ou aprovações emitidas por entidades externas ao município, encontra-se disponível, para consulta, na Divisão Administrativa de Apoio aos Departamentos Técnicos de Obras, sita no Edifício do Pópulo, Braga.

21 de Setembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Francisco Soares Mesquita Machado*.
1000306066

CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA

Aviso

Alteração ao alvará de loteamento urbano n.º 7/76, sito na Zona de Vale d'Álvaro, em Bragança.

Para cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, e em conformidade com a deliberação tomada em RC de 14 de Agosto de 2006, decorrerá um período de discussão pública, pelo prazo de 15 dias úteis, contados a partir da data da sua publicação, durante o qual poderão os interessados apresentar quaisquer reclamações, sugestões ou informações, sobre quaisquer questões, que possam ser consideradas no âmbito do pedido de alteração ao alvará de loteamento urbano n.º 7/76 — loteamento sito na zona de Vale d'Álvaro, em Bragança, para o lote n.º 4.

Durante o período de discussão pública, o processo estará disponível, para consulta, na Divisão de Urbanismo das 9 horas às 12 horas e 30 minutos e das 14 às 16 horas.

No decorrer daquele período, as reclamações, observações, sugestões e pedidos de esclarecimento apresentados por particulares deverão ser entregues no N. A. A. da Divisão de Urbanismo.

23 de Agosto de 2006. — O Vice-Presidente da Câmara, *Rui Afonso Cepeda Caseiro*.
1000305187

CÂMARA MUNICIPAL DE CABECEIRAS DE BASTO

Aviso

Contrato de trabalho a termo certo

Para efeitos do disposto na alínea *b*) do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local por força do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, se torna público que foi autorizada a celebração de contrato a termo certo, nos termos da alínea *h*) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, com os seguintes trabalhadores:

Francisco de Jesus Oliveira — por despacho do vice-presidente da Câmara, foi autorizada a celebração de contrato a termo certo em 20 de Julho de 2006.

António Francisco Gonçalves da Silva — por despacho do vice-presidente da Câmara, foi autorizada a celebração de contrato a termo certo em 1 de Setembro de 2006

Manuel Joaquim Correia Fernandes — por despacho do presidente da Câmara foi autorizada a celebração de contrato a termo certo em 21 de Agosto de 2006.

(Isento de visto do Tribunal de Contas.)

19 de Setembro de 2006. — O Vice-Presidente da Câmara, *Jorge Agostinho Borges Machado*.
1000306051

CÂMARA MUNICIPAL DE CARRAZEDA DE ANSIÃES

Aviso

Contrato a termo resolutivo certo (tempo parcial) de docente de inglês e educação musical para o ano lectivo de 2006-2007.

Eugénio Rodrigo Cardoso de Castro, presidente da Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães, torna-se público que, por despacho de 7 de Setembro de 2006, e 18 de Setembro de 2006, no uso da competência que me é conferida através da alínea *a*) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, foi celebrado contrato de trabalho a termo resolutivo certo (tempo parcial), ao abrigo da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, e Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, com os candidatos abaixo mencionados, aprovados em sede de concurso, aberto por aviso publicado nos jornais *O Primeiro de Janeiro*, publicado em 12 de Agosto de 2006 e no *Jornal Região Transmontana*, n.º 16, de 14 de Agosto de 2006:

Docentes de inglês:

Cláudia Margarida Ferreira Cardoso.
Sónia Mesquita Reis.

Docente de música:

Ricardo Túlio Loureiro Teixeira.

(Isento do visto do Tribunal de Contas, face ao disposto no artigo 2.º da Lei n.º 13/96, de 20 de Abril.)

19 de Setembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Eugénio Rodrigo Cardoso de Castro*.
1000306049

CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Aviso n.º 165/2006 SRH

Licença sem vencimento de longa duração

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por meu despacho de 5 de Setembro de 2006, e nos termos da alínea *a*) do n.º 2 do artigo 68.º

da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, autorizei o regresso do funcionário na situação de licença sem vencimento de longa duração nos termos do artigo 82.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, Norberto José Rodrigues Grancho, técnico superior assessor principal, arquitecto a partir do dia 29 de Setembro de 2006, inclusive.

18 de Setembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Joaquim Morão Lopes Dias*.
1000306019

Aviso n.º 166/2006 SRH

Requisição

Em cumprimento do disposto no artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna-se público que a Junta de Freguesia de Sarzedas autorizou, por mais um ano, a requisição de Margarete de Jesus Dias Laia Henriques, auxiliar de acção educativa, do quadro daquela Junta, para exercer funções nesta Câmara Municipal, no âmbito da acção educativa.

A referida requisição produz efeitos a partir de 1 de Outubro de 2006.

18 de Setembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Joaquim Morão Lopes Dias*.
1000306018

Aviso n.º 167/2006 SRH

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por meu despacho de 23 de Junho de 2006, foi renovado por mais seis meses a nomeação em regime de substituição para o lugar de chefe de secção do quadro desta autarquia, a assistente administrativo especialista Maria Filomena Gonçalves Lourenço, ao abrigo do n.º 3 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 466/79, de 7 de Dezembro, com a redacção que lhe foi introduzida pelo Decreto-Lei n.º 406/82, de 27 de Dezembro, com efeitos a partir do dia 28 de Julho de 2006.

18 de Setembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Joaquim Morão Lopes Dias*.
1000306020

CÂMARA MUNICIPAL DE CINFÃES

Aviso

Licença sem vencimento

Para os devidos efeitos se torna público que, por deliberação da Câmara Municipal de 11 de Setembro de 2006, foi autorizada a concessão de licença sem vencimento, por um ano, com início em 18 de Setembro de 2006 de Fausto Manuel Andrade Cardoso, guarda-nocturno, conforme o disposto no artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março.

18 de Setembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *José Manuel Pereira Pinto*.
1000306057

CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE

Aviso

Discussão pública

Fernando João Couto Cepa, presidente da Câmara Municipal de Esposende, torna público que, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 27.º e do n.º 3 do artigo 22.º, ambos do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, se encontra em discussão pública a alteração ao licenciamento de operação urbanística de loteamento aprovado pelo alvará de loteamento n.º 16/2000 — processo n.º 915/98, alteração esta requerida por Ana Paula Lopes Castilho, com residência no Aldeamento Lirisol, lote 3, apt. 5, rés-do-chão, lugar dos Lirios, freguesia de Fão e concelho de Esposende, e que incide sobre o prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial de Esposende sob o n.º 01229 da freguesia de Fão.

Mais torna público que a discussão pública se fará por um período de 15 dias contados após passarem outros 15 dias sobre a data da publicação deste aviso no *Diário da República*, sendo certo que o